

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	8
DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	13

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	35
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	37
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	38

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.000.000
Preferenciais	0
Total	2.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	227.634	307.939
1.01	Ativo Circulante	222.223	304.194
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	153.570	179.221
1.01.01.01	Bancos	23	19
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	153.547	179.202
1.01.03	Contas a Receber	35.639	54.039
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	35.639	54.039
1.01.03.02.01	Direitos Creditórios a Receber - PPI	5.350	5.408
1.01.03.02.03	Direitos Creditórios a Receber - PEP	30.271	48.450
1.01.03.02.04	Ajuste a Valor Justo - PEP	18	181
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	33.014	70.934
1.01.08.03	Outros	33.014	70.934
1.01.08.03.03	Tributos Correntes a Recuperar	6.985	4.157
1.01.08.03.04	Valores Transitórios a Receber	26.029	66.777
1.02	Ativo Não Circulante	5.411	3.745
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.405	3.738
1.02.01.07	Tributos Diferidos	3.610	3.526
1.02.01.07.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos - Diferenças Temporárias	3.610	3.526
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.795	212
1.02.01.10.04	Direitos Creditórios - PPI Rompidos	12.056	12.239
1.02.01.10.05	(-) Direitos Creditórios PPI Vencidos e Não Liquidados	-12.056	-12.239
1.02.01.10.08	Direitos Creditórios a Receber - PEP	1.795	212
1.02.01.10.09	Direitos Creditórios - PEP Rompidos	87.411	86.980
1.02.01.10.10	(-) Direitos Creditórios PEP Vencidos e Não Liquidados	-87.411	-86.980
1.02.03	Imobilizado	6	7
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6	7
1.02.03.01.01	Bens Móveis	11	11
1.02.03.01.02	Outras Imobilizações	28	28
1.02.03.01.03	(-) Depreciação Acumulada	-33	-32

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	227.634	307.939
2.01	Passivo Circulante	9.684	10.652
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	257	278
2.01.01.01	Obrigações Sociais	72	116
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	185	162
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.526	273
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.526	273
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.321	0
2.01.03.01.02	IRRF s/ salário a recolher	87	146
2.01.03.01.03	IRRF s/ pessoa jurídica a recolher	1	0
2.01.03.01.04	PCC s/ pessoa jurídica a recolher	1	1
2.01.03.01.05	PIS a Recolher	16	18
2.01.03.01.06	COFINS a Recolher	100	108
2.01.05	Outras Obrigações	4.486	9.898
2.01.05.02	Outros	4.486	9.898
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	2.941
2.01.05.02.04	Valores Transitórios a Pagar	4.430	2.204
2.01.05.02.06	Juros a Pagar s/ Capital Próprio	0	4.700
2.01.05.02.07	Outros Obrigações	56	53
2.01.06	Provisões	415	203
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	415	203
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	415	203
2.03	Patrimônio Líquido	217.950	297.287
2.03.01	Capital Social Realizado	200.000	283.096
2.03.01.01	Capital Social Subscrito	200.000	283.096
2.03.04	Reservas de Lucros	10.067	14.191
2.03.04.01	Reserva Legal	10.067	10.067
2.03.04.10	Reserva Especial	0	4.124
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	7.883	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.701	6.047	4.989	10.321
3.01.01	Receita Atualização PPI - Selic	63	161	70	141
3.01.02	Receita Atualização PEP	2.638	5.886	4.919	10.180
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-358	-743	-692	-1.401
3.02.06	Pis Não Cumulativo	0	0	-44	-163
3.02.07	Cofins Não Cumulativo	0	0	-204	-794
3.02.08	Pis Cumulativo	-50	-104	-62	-62
3.02.09	Cofins Cumulativo	-308	-639	-382	-382
3.03	Resultado Bruto	2.343	5.304	4.297	8.920
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.257	-2.938	-1.660	-6.881
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.351	-2.560	-1.606	-2.637
3.04.02.01	Despesas com Salários	-715	-1.443	-650	-1.259
3.04.02.02	Encargos Sociais e Obrigações	-317	-637	-709	-912
3.04.02.03	Serviços Técnicos e Especializados	-141	-293	-147	-294
3.04.02.04	Anúncios e Publicações	-174	-181	-98	-168
3.04.02.05	Despesas Legais e Societárias	-4	-6	-2	-4
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-798	-248	353	-3.835
3.04.03.01	Perdas no Recebimento de Direitos Creditórios PPI	-563	183	0	0
3.04.03.02	Perdas no Recebimento de Direitos Creditórios PEP	-235	-431	353	-3.835
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-108	-130	-407	-409
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	86	2.366	2.637	2.039
3.06	Resultado Financeiro	4.913	9.754	4.398	8.617
3.06.01	Receitas Financeiras	4.918	9.759	4.400	8.619
3.06.02	Despesas Financeiras	-5	-5	-2	-2
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.999	12.120	7.035	10.656
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.757	-4.237	-2.737	-4.049
3.08.01	Corrente	-2.028	-4.321	-2.617	-5.353

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
3.08.02	Diferido	271	84	-120	1.304
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.242	7.883	4.298	6.607
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	3.242	7.883	4.298	6.607
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,62	3,94	1,52	2,33

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	3.242	7.883	4.298	6.607
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.242	7.883	4.298	6.607

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	22.950	46.007
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	8.212	8.421
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) no Período	7.883	6.607
6.01.01.02	Receita Atualização PEP	0	-1.088
6.01.01.03	Depreciação	2	2
6.01.01.04	Amortização de Mensuração Inicial da Carteira de Direitos Creditórios	163	369
6.01.01.05	IRPJ e CSLL Diferidos	-84	-1.304
6.01.01.07	Perda no Recebimento de Direitos Creditórios	248	3.835
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	14.738	37.586
6.01.02.01	Direitos Creditórios a Receber - PPI	58	-33
6.01.02.02	Direitos Creditórios a Receber -PEP	16.596	46.448
6.01.02.03	Direitos Creditórios PEP Rompidos	-431	-3.835
6.01.02.04	Direitos Creditórios PPI Rompidos	183	0
6.01.02.05	Valores Transitórios a Receber	-5.512	-8.925
6.01.02.10	Outros Ativos	-2.828	-2.675
6.01.02.18	Fornecedores	3	1
6.01.02.19	Contas a Pagar	4.443	4.820
6.01.02.20	Outras Obrigações	2.226	1.785
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-48.601	-17.448
6.03.01	Juros Sobre Capital Próprio	-4.700	-4.250
6.03.02	Redução de Capital Social	-36.836	0
6.03.03	Dividendos Mínimos Obrigatórios	-2.941	-4.362
6.03.04	Dividendos Adicionais	-4.124	-8.836
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-25.651	28.559
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	179.221	130.169
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	153.570	158.728

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	283.096	0	14.191	0	0	297.287
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	283.096	0	14.191	0	0	297.287
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-83.096	0	-4.124	0	0	-87.220
5.04.06	Dividendos	0	0	-4.124	0	0	-4.124
5.04.08	Redução do Capital Social (AGE 28/03/2024)	-83.096	0	0	0	0	-83.096
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.883	0	7.883
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.883	0	7.883
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	200.000	0	10.067	7.883	0	217.950

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	283.096	0	18.284	0	0	301.380
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	283.096	0	18.284	0	0	301.380
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-8.836	0	0	-8.836
5.04.06	Dividendos	0	0	-8.836	0	0	-8.836
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.607	0	6.607
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.607	0	6.607
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	283.096	0	9.448	6.607	0	299.151

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
7.01	Receitas	5.799	6.486
7.01.02	Outras Receitas	5.799	6.486
7.01.02.01	Receita Atualização PPI - Selic	161	141
7.01.02.04	Receita Atualização PEP	5.886	10.180
7.01.02.06	Perda/Reversão de Créditos de Liquidação Duvidosa	-248	-3.835
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-571	-834
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-571	-834
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.228	5.652
7.04	Retenções	-2	-2
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2	-2
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.226	5.650
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.754	8.617
7.06.02	Receitas Financeiras	9.759	8.619
7.06.03	Outros	-5	-2
7.06.03.01	Despesas Financeiras	-5	-2
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	14.980	14.267
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	14.980	14.267
7.08.01	Pessoal	1.699	1.779
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.637	1.701
7.08.01.03	F.G.T.S.	62	78
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.398	5.881
7.08.02.01	Federais	5.398	5.881
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	7.883	6.607
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	7.883	6.607

Comentário do Desempenho



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO

Senhores Acionistas,

A Companhia Paulista de Securitização (“Companhia” ou “CPSEC”) é uma sociedade por ações, controlada pelo Estado de São Paulo, e vinculada à Secretaria da Fazenda e Planejamento, constituída em 15 de outubro de 2009, na forma autorizada pela Lei Estadual nº 13.723, de 29 de setembro de 2009.

Tem por objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios.

A Companhia é registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM como Emissora de Valores Mobiliários nas categorias “B” e “S2”, na forma da Instrução CVM nº 480/2009 e Resolução CVM nº 60/2021, prestando regularmente todas as informações e obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa.

As informações contábeis intermediárias apresentadas contemplam as operações de emissão de debêntures nos anos de 2014 e 2015, com lastro dos fluxos financeiros dos direitos creditórios do Programa Especial de Parcelamento – PEP do ICMS (“PEP”) e do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI do ICMS (“PPI”).

Operações Realizadas

Em dezembro de 2014, por meio da Celebração de Contrato de Cessão com o Estado de São Paulo, a Companhia adquiriu direitos creditórios originários do “PEP” no montante de R\$ 5.903.622. A liquidação financeira em moeda corrente no valor de R\$ 809.010 foi realizada com recursos captados por meio da integralização da 1ª Série da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia, Adicional Real, distribuídas com esforços restritos de colocação para investidores qualificados, nos termos da Instrução 476/2009 (“1ª Série da 2ª Emissão”), o restante se deu com a subscrição, pelo Estado de São Paulo da 2ª Série da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia, Adicional Real (“2ª Série da 2ª Emissão”).

Em 18 de maio de 2015, a Companhia realizou a 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública (“3ª Emissão”), nos termos da Instrução CVM nº 400/2003, no valor total de R\$ 740.000, na data de emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da 3ª Emissão foram direcionados para a amortização extraordinária da 2ª Série da 2ª Emissão.

Comentário do Desempenho



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

Em 16 de junho de 2020, mediante o pagamento da 60ª e última parcela do Cronograma de Amortização, foi efetuado o resgate integral das Debêntures da 3ª Emissão.

Em 21 de junho de 2021 foi efetuado o resgate integral antecipado das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, mediante amortização financeira de R\$ 5.334, com a disponibilidade de caixa da Emissora, derivada da arrecadação dos direitos creditórios do PEP, após o pagamento das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão.

Em 17 de junho de 2022, mediante o pagamento da 90ª e última parcela do Cronograma de Amortização, foi efetuado o resgate integral das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão.

Dessa forma, a Emissora não possui mais Debêntures em circulação no mercado.

Desempenho

No semestre findo em 30 de junho de 2024 o lucro líquido auferido foi de R\$ 7.883 (R\$ 6.607, em 30 de junho de 2023), sendo que deste resultado foram deduzidos R\$ 163 (R\$ 369, em 30 de junho de 2023) referentes à realização do ajuste de avaliação a valor justo de ativos e de passivos financeiros no período. Na composição do resultado observa-se que apesar da receita operacional ter apresentando uma redução de 41,4%, comparativamente ao período findo em 30 de junho de 2023, em razão da diminuição do estoque da carteira ativa de direitos creditórios decorrente das amortizações realizadas no tempo, em contraponto a Companhia apresentou dois fatores bastante favoráveis, destacadamente o acentuado declínio das perdas de crédito, com redução de 93,5%, comparativamente ao volume de perdas registrado no 1º semestre de 2023, assim como as receitas financeiras que apresentaram um incremento de 13,2%, comparativamente ao mesmo período de 2023.

As Informações Contábeis Intermediárias serão apresentadas à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em atendimento à Instrução nº 480/09. O Comentário do Desempenho é parte integrante destas informações e deve ser lido em conjunto com as respectivas Notas Explicativas. Os valores estão expressos em milhares de reais (R\$ mil) e de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, a CPSEC esclarece que a empresa Taticca Auditores Independentes S.S. EPP, no período findo em 30 de junho de 2024, prestou a esta Companhia, exclusivamente, serviços de auditoria.

A Administração da CPSEC entende e declara que esses serviços foram prestados com pleno atendimento às normas de independência que regem os trabalhos de auditoria.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AOS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Securitização (“Companhia” ou “CPSEC”) é uma sociedade por ações controlada pelo Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria da Fazenda e Planejamento, constituída em 15 de outubro de 2009, na forma autorizada pela Lei Estadual nº 13.723, de 29 de setembro de 2009.

Tem por objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios.

A Companhia é registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, como emissora de Valores Mobiliários nas categorias “B” e “S2”, na forma das Resoluções nº 80/2022 nº 60/2021, respectivamente, prestando regularmente todas as informações e cumprindo as obrigações exigidas pela CVM para essas categorias de empresa.

Em 15 de outubro de 2020 foi aprovada a Lei Estadual nº 17.293, que estabeleceu dentre outras medidas, a alteração das redações dos artigos 1º, 2º e “caput” do artigo 8º, e a inclusão dos artigos 9º-A, 9º-B e 9º-C a Lei nº 13.723/2009, que autorizou a criação da Companhia, aumentando a possibilidade de sua atuação no âmbito de operações de securitização.

Neste contexto, a Companhia alterou o seu Estatuto Social, e vem prospectando também novas oportunidades de securitização de recebíveis originários de relações contratuais junto às entidades da Administração Direta e Indireta do Estado de São Paulo.

2. BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, incluindo os pronunciamentos e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis Intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das Demonstrações Contábeis Intermediárias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AOS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

a) Base de mensuração - Os principais ativos e passivos foram mensurados inicialmente (mensuração inicial) pelo seu custo histórico, exceto quando mensurado pelo seu valor justo, e posteriormente (mensuração posterior) pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação - Estas Demonstrações Contábeis Intermediárias são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade mais próxima.

Aprovação das Demonstrações Contábeis Intermediárias

A aprovação para conclusão destas Demonstrações Contábeis Intermediárias foi dada pela Administração da Companhia em 12 de agosto de 2024.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das Demonstrações Contábeis Intermediárias são:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras em fundo de investimento resgatável a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do período ou pela cota do fundo investido divulgado pela administradora do fundo.

b) Definições, reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros.

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade.

Valor justo é o valor pelo qual o instrumento financeiro poderia ser adquirido ou vendido por duas partes bem-informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo “preço de mercado”. O valor justo na data do negócio equivale ao preço da transação.

Taxa efetiva é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso de instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. Se instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Modelo de negócio demonstra como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AOS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

conjunto para atingir os objetivos da entidade. O modelo de negócio determina se os fluxos de caixa da Companhia resultarão da obtenção dos fluxos de caixa contratados.

Fluxos de caixa contratuais que atendem o critério de principal e juros são ativos financeiros compostos somente por principal e juros, onde o principal é o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, podendo mudar ao longo do tempo em função dos pagamentos, e os juros correspondem ao valor do dinheiro no tempo.

Perda de crédito esperada é a estimativa ponderada por probabilidade de perdas de créditos, correspondendo ao valor presente de todos os déficits de caixa ao longo da vida esperada do respectivo instrumento financeiro.

▪ Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e Caixa e equivalentes de caixa e direitos creditórios a receber.

Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e reconhecidos no resultado do período.

▪ Passivos financeiros

Os passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Após o reconhecimento inicial, se for o caso, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a transação seja realizada com a mesma contraparte, a Companhia tenha o direito legal e contratual de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

c) Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia, representados pelos direitos creditórios originários do PEP e do PPI estando classificados, de acordo do CPC 48 (IFRS 9), como Ativo Financeiro Mensurado ao Custo Amortizado, pois atendem cumulativamente as condições de ser mantido dentro do modelo de negócios da Companhia, cujo objetivo é manter o ativo financeiro com o fim de receber os fluxos de caixa contratuais, e de que os termos contratuais do ativo financeiro correspondem a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Ainda, conforme o CPC 48 são reconhecidas as eventuais perdas de crédito esperadas em ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, tendo como objetivo dos requisitos de redução ao

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AOS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

valor recuperável, o reconhecimento de perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo avaliados de forma individual ou coletiva, observando todas as informações razoáveis, sustentáveis e, inclusive, prospectivas. No entanto, considerando a possibilidade de utilização dos direitos creditórios rompidos para amortização extraordinária das debêntures subordinadas, quando aplicável, são reconhecidas exclusivamente as perdas esperadas dos direitos creditórios oriundos do PEP e do PPI que excederem o saldo das debêntures subordinadas, conforme detalhado abaixo.

Os ativos financeiros representados pelas carteiras de direitos creditórios oriundos do PEP e do PPI são individualmente reclassificados e imediatamente transferidos para a categoria de “rompidos”, quando não for observada qualquer das condições estabelecidas e necessárias à continuidade do respectivo parcelamento, nos termos dos respectivos programas de parcelamento. O saldo de direitos creditórios rompidos destinado à dação em pagamento, quando aplicável, não sofre qualquer perda, redução ou depreciação, sendo que líquido e certo de que, posteriormente, são integralmente utilizados para a amortização extraordinária das debêntures subordinadas subscritas pelo Estado de São Paulo, na forma de dação em pagamento, nos termos das escrituras e documentos das debêntures.

Convém destacar, ainda, que este procedimento, da dação em pagamento do estoque de direitos creditórios rompidos para a amortização das debêntures subordinadas subscritas pelo Estado de São Paulo, caso aplicável, não distorce o resultado, nem gera qualquer ganho ou perda subjetiva às partes (Companhia e Estado), pois tanto as taxas, como os saldos envolvidos nestes instrumentos financeiros são idênticos e efetivamente produzem um resultado neutro. Por sua vez, em razão da exposição ao risco de crédito, oportunamente são reconhecidos e efetuados os registros de perda sobre a carteira de direitos creditórios rompidos, que excederem ao saldo das debêntures subordinadas.

A partir de junho de 2020 foram iniciados os procedimentos de contabilização das perdas esperadas sobre a carteira de direitos creditórios, as quais são apresentadas na nota explicativa nº 5.

d) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo a empregados.

e) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Ativos e passivos contingenciais

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AOS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

Um passivo ou ativo contingente é uma obrigação ou direito possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Contabilizado no balanço patrimonial quando a Companhia possui um passivo ou ativo, formalizados e constituídos como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação ou estabelecer o direito obtidos futuramente. Os passivos e ativos são registrados tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, como segue:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como certa a sua realização do ativo.
- **Passivos contingentes:** decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos mensuráveis. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.
- **Obrigações legais – fiscais e previdenciárias:** decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem seus montantes provisionados integralmente nas Demonstrações Contábeis Intermediárias.

f) Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 no período para imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

Os tributos correntes são os valores a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, a taxas vigentes à época de apresentação das Demonstrações Contábeis Intermediárias, e quaisquer ajustes decorrentes de períodos anteriores.

Os tributos diferidos são registrados, quando aplicável, com base em saldos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, calculados utilizando a

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AOS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

alíquota máxima de 34%, na extensão em que for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização, observando o limite de 30% do lucro real do período-base.

g) Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência dos respectivos períodos.

h) Determinação do valor justo

As políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação usando técnica de avaliação para que estabeleça qual teria sido o preço da transação na data de mensuração em uma troca entre partes não relacionadas, com base nos fluxos de caixa descontados a taxas de mercado observáveis disponíveis.

i) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, apresentada como informação suplementar, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa		
	30/06/2024	31/12/2023
Bancos	23	19
Aplicações Financeiras	153.547	179.202
Total	153.570	179.221

As aplicações financeiras estão integralmente alocadas em fundos de investimentos em cotas de fundo de investimento, intitulados de BB CPSEC Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa Longo Prazo (fundo exclusivo da CPSEC), BB Renda Fixa Simples Solidez Automático FIC e BB Renda Fixa Solidez Diferenciado Fundo de Investimento, resgatáveis a qualquer momento e crédito em conta corrente no mesmo dia. Estes fundos de investimentos alocam seus recursos em cotas de Fundos de Investimentos de Renda Fixa de Longo e Curto prazo, cuja carteira é composta por títulos públicos federais, títulos de renda fixa de emissão ou coobrigação de instituições financeiras que possuam classificação de risco atribuída pelo gestor, no mínimo, equivalente àqueles atribuídos aos títulos da dívida pública federal e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais. Todos são custodiados e administrados pelo Banco do Brasil, com taxas compatíveis com as de mercado.

No semestre findo em 30 de junho de 2024, o resultado auferido com a remuneração das aplicações financeiras, registrado na rubrica de “Receitas Financeiras”, alcançou o montante de

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
REFERENTES AOS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024
E 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

R\$ 9.759 (R\$ 8.619, em 30 de junho de 2023).

5. CONTAS A RECEBER

As Demonstrações Contábeis Intermediárias apresentadas contemplam os direitos creditórios do Programa Especial de Parcelamento do ICMS/SP – PEP (“PEP”) e do Programa de Parcelamento Incentivado do ICMS/SP – PPI (“PPI”), adquiridos do Estado de São Paulo, controlador da Companhia.

DIREITOS CREDITÓRIOS A RECEBER – PPI

Em abril de 2012, a Companhia adquiriu do Estado de São Paulo, direitos creditórios originários do PPI no montante de R\$ 2.079.841, atualizados pela Taxa Selic. Os saldos da carteira destes recebíveis estão assim demonstrados:

Carteira de Recebíveis - PPI		
Classificação	30/06/2024	31/12/2023
Até 12 meses	5.350	5.408
Total	5.350	5.408
PPI rompido (1)	12.056	12.239
Perdas estimadas com crédito de difícil liquidação (2)	(12.056)	(12.239)
Total	5.350	5.408

(1) Referem-se aos direitos creditórios de PPI Rompidos (créditos com atraso superior a 90 dias).

(2) Contabilização das Perdas no recebimento de direitos creditórios na correspondente Conta Redutora do crédito (saldo de direitos creditórios de PPI Rompidos).

Receita de Atualização - PPI				
Detalhamento das Receitas	2024		2023	
	Semestre	Trimestre	Semestre	Trimestre
Receita de Atualização PPI - Selic	140	63	128	57
Receita PPI - Indenização	21	0	13	13
Total da Receita de Atualização PPI	161	63	141	70

DIREITOS CREDITÓRIOS A RECEBER - PEP

Em dezembro de 2014, a Companhia adquiriu do Estado de São Paulo direitos creditórios originários do PEP no montante de R\$ 5.903.622, cuja atualização é pré-fixada, com percentual estabelecido em contrato, conforme o prazo de parcelamento escolhido pelo contribuinte. Os saldos da carteira destes recebíveis estão assim demonstrados:

Notas Explicativas**COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
REFERENTES AOS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024
E 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

Carteira de Recebíveis - PEP		
Classificação	30/06/2024	31/12/2023
Até 12 meses	30.271	48.450
Até 24 meses	718	128
Até 48 meses	1.066	61
Acima 48 meses	11	23
Total	32.066	48.662
Curto Prazo	30.271	48.450
Longo Prazo	1.795	212
PEP rompido (3)	87.411	86.980
Perdas estimadas com crédito de difícil liquidação (4)	(87.411)	(86.980)
Ajuste a Valor Justo a realizar - Ativo Circulante (5)	18	181
Total	32.084	48.843

(3) Referem-se aos direitos creditórios de PEP rompidos (créditos com 4 ou mais parcelas em atraso).

(4) Contabilização das perdas no recebimento de direitos creditórios na correspondente Conta Redutora do crédito (saldo de direitos creditórios de PEP Rompidos).

(5) Refere-se ao ajuste a valor justo no reconhecimento inicial, deduzido das apropriações feitas ao longo do tempo, dos direitos creditórios adquiridos do Estado de São Paulo (nota explicativa nº 8).

Receita de Atualização - PEP				
Detalhamento das Receitas	2024		2023	
	Semestre	Trimestre	Semestre	Trimestre
Receita de Atualização PEP	7.993	7.886	4.304	1.333
Reversão Receita PEP PECLD	(173)	(91)	(872)	(381)
Receita PEP - Indenização	5.347	183	8.925	4.579
Reversão Receita PEP por Decisão Judicial e outros	(7.118)	(5.261)	(1.808)	(458)
Reversão Ajuste a Valor Justo - PEP	(163)	(79)	(369)	(154)
Total da Receita de Atualização PEP	5.886	2.638	10.180	4.919

6. VALORES TRANSITÓRIOS A RECEBER**Valores Transitórios a Receber**

Corresponde aos valores relativos à ocorrência de Eventos de Indenização dos Direitos Creditórios do PEP e do PPI que, a partir de 1º de outubro de 2020, deixaram de ser compensados diretamente no saldo das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, e passaram a ser registrados em conta específica a receber do Estado, denominada “valores transitórios a receber”, nos termos da Cláusula 6ª, dos Contratos de Cessão dos Direitos Creditórios.

No semestre findo em 30 de junho de 2024 foram apurados Eventos de Indenização do PEP favoráveis à Companhia no montante de R\$ 5.347, cujo valor registrado foi adicionado na rubrica “valores transitórios a receber”. Em relação aos direitos creditórios do PPI, neste

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AOS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

mesmo período foram apurados Eventos de Indenização favoráveis à Companhia no valor de R\$ 298, cujo montante absorveu integralmente o saldo anterior das Indenizações do PPI favoráveis ao Estado de R\$ 134, remanescendo assim um saldo líquido de R\$ 164, favoráveis à Companhia, o qual foi adicionado na rubrica “valores transitórios a receber”.

Dessa forma, no semestre findo em 30 de junho de 2024 foram incorporados aos “valores transitórios a receber” o somatório de R\$ 5.511 (nota explicativa nº 14), relativos ao registro dos novos Eventos de Indenização do PEP e do PPI.

Em 28 de junho de 2024 foi efetivada nova redução de capital social da Companhia, no montante de R\$ 83.096, mediante a transferência financeira de R\$ 36.836 aos acionistas, e a outra parte com a compensação de valores transitórios a receber no valor de R\$ 46.260 (notas explicativas nº 9 e 14).

Desse modo, em 30 de junho de 2024 o montante da rubrica de “valores transitórios a receber” registrou R\$ 26.029 (R\$ 66.777, em 2023).

7. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Valores Transitórios a Pagar

Referem-se basicamente a valores devidos pela CPSEC ao Estado de São Paulo, decorrentes das diferenças transitórias apuradas entre a efetiva arrecadação mensal dos Direitos Creditórios e os valores informados nos relatórios gerados pela PRODESP - Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo, a arrecadação de parcelamento não securitizados e, circunstancialmente, de eventos de indenização do PPI favoráveis ao Estado.

No semestre findo em 30 de junho de 2024 o saldo da rubrica de “valores transitórios a pagar” registrou R\$ 4.430 (R\$ 2.204, em 2023).

Passivos contingentes

Até abril de 2024 havia uma Ação Popular, classificada com risco possível, em razão de sentença proferida de primeiro grau julgada parcialmente procedente, cujo valor da causa atribuída em juízo foi fixada em R\$ 1.000,00 (um mil reais), para a qual a Administração vislumbrava a reversão de sua situação, inclusive do seu arquivamento, em razão dos termos do Recurso de Apelação conferirem manifestação favorável à Companhia pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, em relação ao mérito julgado.

Em linha com essa perspectiva, em 24 de abril de 2024, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da 9ª Câmara de Direito Público, deu provimento ao recurso do Estado de São Paulo e da Companhia Paulista de Securitização – CPSEC para reformar a r. sentença apelada e julgar extinto o processo relativo à Ação Popular, sem resolução do mérito.

Não há outro litígio ou risco em andamento com divulgação requerida.

8. MENSURAÇÃO INICIAL DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AOS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

Estruturação – Vigente

Em face dos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, vigente até dezembro de 2017, e o atual CPC 48 (IFRS 9), que tratam do reconhecimento e mensuração inicial dos instrumentos financeiros, os Direitos Creditórios do PEP foram classificados como “Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado”, e na mensuração inicial do seu valor justo (“*fair value*”) foi reconhecida uma redução no valor de R\$ 29.164. Em contrapartida, ao realizar a mensuração inicial do valor justo no passivo nas Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, classificada como “Passivo financeiro mensurado subsequentemente ao custo amortizado”, foi reconhecida uma redução de R\$ 43.417. O valor líquido da mensuração inicial resultou no reconhecimento de um aumento do patrimônio líquido em R\$ 14.253.

Em 30 de junho de 2024 o saldo remanescente do ajuste positivo do valor justo a apropriar da carteira de Direitos Creditórios do PEP era de R\$ 18 (R\$ 181, em 2023).

No semestre findo em 30 de junho de 2024 foi deduzido do resultado o valor de R\$ 163 (R\$ 369, em 30 de junho de 2023), referentes à realização do valor justo (mensuração inicial) no período.

As premissas utilizadas para aplicação do valor justo aos instrumentos financeiros consideraram a forma disposta no CPC 48 (IFRS 9), para precificação nas datas em que foram contratados pela Companhia.

Para a apuração do valor justo dos Diretos Creditórios do PEP, os fluxos futuros dos recebíveis foram descontados por uma taxa de juros anual de 12% (doze por cento), adicionada de um spread de 0,5% a.a. Este “spread” foi estimado considerando que a taxa de risco de crédito do Estado de São Paulo seria superior ao risco do Tesouro Nacional (Taxa Selic/DI) e inferior às taxas de captação de empresas estatais controladas pelo Estado.

Para apuração do valor justo das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, subscritas e integralizadas pelo Estado de São Paulo, foram usadas as mesmas premissas utilizadas para calcular o valor justo do contrato de cessão de direitos creditórios, tendo em vista que as Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão foram emitidas como mecanismo de retorno ao Estado dos excedentes financeiros oriundos do recebimento dos Direitos Creditórios, após a amortização da 1ª Série da 2ª Emissão de debêntures. Às Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão não foi aplicado à apuração do valor justo em função de terem sido emitidas à taxa de mercado.

Diante da capacidade e da intenção de manter a vencimento os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, premissa reforçada por força contratual, os efeitos apurados no reconhecimento inicial do valor justo, serão apropriados na proporção e data de vencimento dos respectivos fluxos projetados.

As premissas utilizadas para aplicação do valor justo aos instrumentos financeiros consideraram a forma disposta no CPC 48 (IFRS 9), para precificação nas datas em que foram contratados pela Companhia.

Divulgação dos instrumentos financeiros por classe

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
REFERENTES AOS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024
E 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	
	Valor contábil	Valor contábil	Categoria
Ativos Financeiros			
Direitos Creditórios	37.434	54.251	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado

A categoria acima considera a previsão do CPC 48, tendo em vista o modelo de negócio da Companhia e as características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros.

Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros da Companhia estão registrados pelo valor justo, utilizando o método de avaliação considerando os diferentes níveis definidos a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - “Inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia classificou como nível 2 de hierarquia do valor justo na mensuração dos ativos e passivos financeiros mencionados acima.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2024 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 200.000, em moeda corrente nacional, representado por 2.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais sem valor nominal.

É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais.

Os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de março de 2024, considerando o excessivo capital social da Companhia, frente à sua atividade operacional, deliberaram pela redução de 830.956 ações ordinárias, equivalente a R\$ 83.096, cuja alteração tornar-se-á efetiva após o decurso do prazo decadencial de 60 dias, sem a oposição de credores, nos termos do art 174, da Lei das S.A. e posterior registro do respectivo ato societário na Junta Comercial do Estado de São Paulo - Jucesp.

Em 28 de junho de 2024 foi efetivada a redução do capital social da Companhia, mediante a transferência financeira aos acionistas de R\$ 36.836, e a outra parte com a compensação de valores transitórios a receber no valor de R\$ 46.260 (notas explicativas nº 6 e 14).

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AOS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

b) Reserva legal e Reserva Especial

A Reserva Legal foi constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 193, da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, apresentando em 30 de junho de 2024 o saldo de R\$ 10.067.

c) Lucro Líquido do período

No semestre findo em 30 de junho de 2024 o lucro líquido auferido foi de R\$ 7.883 (R\$ 6.607, em 30 de junho de 2023), sendo que deste resultado foram deduzidos R\$ 163 (R\$ 369, em 30 de junho de 2023) referentes à realização do ajuste de avaliação a valor justo de ativos e de passivos financeiros no período (nota explicativa nº 8). Na composição do resultado observa-se que apesar da receita operacional ter apresentando uma redução de 41,4%, comparativamente ao período findo em 30 de junho de 2023, em razão da diminuição do estoque da carteira ativa de direitos creditórios decorrente das amortizações realizadas no tempo, em contraponto a Companhia apresentou dois fatores bastante favoráveis, destacadamente o acentuado declínio das perdas de crédito, com redução de 93,5%, comparativamente ao volume de perdas registrado no 1º semestre de 2023, assim como as receitas financeiras que apresentaram um incremento de 13,2%, comparativamente ao mesmo período de 2023.

d) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

O Estatuto da Companhia autoriza o Conselho de Administração a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; bem como (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e a declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais.

O Estatuto estabelece também que as ações ordinárias terão direito a dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções admitidas em lei.

Os dividendos e JCP de 2023, no montante de R\$ 11.765, sendo R\$ 4.700 de JCP, R\$ 2.941 de dividendos obrigatórios e R\$ 4.124 de dividendos adicionais, foram pagos integralmente em 28 de junho de 2024, nos termos da deliberação dos Acionistas, da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2024.

10. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONSELHOS E EMPREGADOS

A gestão da Companhia é realizada pelos membros da Diretoria e do Conselho de Administração. O Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (“CODEC”) através da Deliberação CODEC nº 1, de 15 de março de 2024, estabeleceu o limite de remuneração da Diretoria e Conselhos das sociedades controladas pelo Estado.

Além dos honorários mensais, o CODEC estabelece ainda uma Gratificação Anual aos Administradores, “*pro rata temporis*”, no valor de um honorário mensal a ser satisfeito no

Notas Explicativas**COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
REFERENTES AOS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024
E 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

mês de dezembro de cada ano, equivalente ao 13º salário.

Os membros da Diretoria fazem jus a um prêmio eventual anual, conforme disposto na Deliberação CODEC nº 1, bem como têm direito a um descanso anual, com características de licença remunerada, pelo período de 30 dias corridos, com pagamento de adicional correspondente a 1/3 (um terço) dos honorários mensais.

<u>Despesas com salários:</u>	<u>2024</u>		<u>2023</u>	
	Semestre	Trimestre	Semestre	Trimestre
Honorários da diretoria e conselhos	1.181	589	1.000	520
Salários - empregados	254	124	251	125
Vale Refeição - empregados	8	2	8	5
Total de despesas	1.443	715	1.259	650

<u>Encargos sociais e obrigações:</u>	<u>2024</u>		<u>2023</u>	
	Semestre	Trimestre	Semestre	Trimestre
Férias e 13 salário - empregados	53	26	51	25
Licença Remunerada	44	22	32	15
Gratificação Anual e Prêmio Eventual	98	49	416	370
Despesa de INSS	380	189	393	243
Despesa de FGTS	62	31	78	56
Reversão de Provisões	-	-	(58)	-
Total de despesas	637	317	912	709

11. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	<u>2024</u>		<u>2023</u>	
	Semestre	Trimestre	Semestre	Trimestre
Serviços Técnicos Especializados				
Auditoria Independente	125	57	131	66
Assessoria Contábil	136	68	131	65
Auditoria Interna	32	16	32	16
	293	141	294	147
Anúncios e Publicações	181	174	168	98
Despesas Legais e Societárias	6	4	4	2
Outras Despesas Operacionais				
Taxa CVM	39	39	39	39
Seguros D&O	87	66	-	-
Juros e Multa s/ Recolhimento em Atraso	-	-	364	364
Outras despesas operacionais	4	3	6	4
	130	108	409	407

Notas Explicativas**COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
REFERENTES AOS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024
E 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

12. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2024</u>		<u>2023</u>	
	<u>Semestre</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>	<u>Trimestre</u>
Receitas financeiras:				
Rendimento fundos investimentos	9.505	4.773	8.445	4.330
Juros Ativos - Selic	205	99	127	65
Descontos obtidos	49	46	47	5
Subtotal	9.759	4.918	8.619	4.400
Despesas financeiras:				
IOF (aplicação em fundos investimentos)	(5)	(5)	(2)	(2)
Subtotal	(5)	(5)	(2)	(2)
Total do resultado financeiro	9.754	4.913	8.617	4.398

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

	<u>2024</u>		<u>2023</u>	
	<u>Semestre</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>	<u>Trimestre</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	12.120	4.999	10.656	7.035
(+) Adição Ajuste a Valor Justo	163	79	369	154
(+) Adição Despesas Inedutíveis Temporárias	1.336	855	5.305	578
(+) Adição Despesas Inedutíveis Permanentes	212	106	976	938
(-) Exclusão - Reversão PECLD	(1.088)	(56)	(1.528)	(989)
Base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social	12.743	5.983	15.778	7.716
Provisão para Imposto de Renda (IRPJ) Corrente	3.174	1.490	3.933	1.923
Provisão para Contribuição Social (CSLL) Corrente	1.147	538	1.420	694
IRPJ e CSLL Diferidos - Diferenças Temporárias	(84)	(271)	(1.304)	120

Notas Explicativas**COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
REFERENTES AOS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024
E 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

Com o resgate integral antecipado das Debêntures 2ª Série da 2ª Emissão, a partir de junho de 2021, a Companhia passou a registrar em perdas a totalidade dos créditos rompidos da carteira de Direitos Creditórios do PEP e do PPI Rompidos, assim como as eventuais recuperações de créditos.

Neste contexto, no semestre findo em 30 de junho de 2024 foram contabilizados R\$ 84 de ativos fiscais diferidos (IRPJ e CSLL) sobre a diferença temporária dedutível, correspondente a 34% sobre o lançamento de perdas de R\$ 248, verificadas e registradas no recebimento de créditos vencidos da carteira de Direitos Creditórios do PEP e do PPI.

Assim, em 30 de junho de 2024 os ativos fiscais diferidos (IRPJ e CSLL) para a diferença temporária dedutível apresentou o saldo ativo de R\$ 3.610 (R\$ 3.526, em 2023).

O reconhecimento de R\$ 3.610 de ativos fiscais diferidos (IRPJ e CSLL) para a diferença temporária dedutível encontra amparo no histórico de lucratividade e na perspectiva de base tributável futura, observando a composição patrimonial atual da Companhia.

A Companhia apura os tributos com base no lucro real, optando pelo recolhimento mensal do IRPJ e CSLL por estimativa.

No encerramento da apuração fiscal de 2024 serão deduzidos da base tributária os créditos vencidos há 12 meses ou mais e não recuperados, e simultaneamente baixados os ativos fiscais diferidos (IRPJ e CSLL), sobre as diferenças temporárias, que haviam sido registrados no encerramento do exercício social de 2023.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**Controlador**

O Contrato de Cessão de Direitos Creditórios do PEP no montante de R\$ 5.903.622, de 28 de novembro de 2014, foi firmado com o Estado de São Paulo, controlador da Companhia.

No quadro abaixo são demonstradas as posições, receitas e despesas oriundas de transações existentes com partes relacionadas.

		Ativo (Passivo)	Receita (Despesa) 2º trim/2024	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa) 2º trim/2023
	Notas	30/06/2024		31/12/2023	
Estado de São Paulo					
Direitos Creditórios - PPI Rompidos	5	12.056	-	12.239	-
Direitos Creditórios - PEP Rompidos	5	87.411	-	86.980	-
Valores Transitórios a Receber	6	26.029	-	66.777	-
- Valores Transitórios a pagar	7	(4.430)	-	(2.204)	-
- Juros a pagar sobre o Capital Próprio	9	-	-	(4.700)	-
- Dividendos Obrigatórios	9	-	-	(2.941)	-
- Receitas de Indenização PEP e PPI	6	-	5.333	-	6.875

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AOS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

Em outubro de 2020 foi constituída a rubrica contábil denominada “valores transitórios a receber”, para registro e controle dos valores relativos à ocorrência de Eventos de Indenização dos Direitos Creditórios do PEP e do PPI favoráveis à CPSEC e devidos pelo seu controlador, o Estado de São Paulo, nos termos da Cláusula 6ª, dos Contratos de Cessão dos Direitos Creditórios.

No semestre findo em 30 de junho de 2024 foram adicionados à rubrica de “valores transitórios a receber” o montante de R\$ 5.511, referentes aos Eventos de Indenização dos Direitos Creditórios do PEP e do PPI favoráveis à CPSEC reconhecidos no período (nota explicativa nº 6).

Em 28 de junho de 2024 foi efetuada nova redução do capital social da Companhia, sendo parte desta redução realizada mediante a compensação de valores transitórios a receber no valor de R\$ 46.260 (notas explicativas nº 6 e 9).

Dessa forma, em 30 de junho de 2024 o saldo da rubrica de “valores transitórios a receber” passou para R\$ 26.029 (R\$ 66.777, em 2023).

15. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Visão geral

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas Demonstrações Contábeis Intermediárias.

Especificamente quanto às aplicações financeiras, essas são mantidas em montantes adequados à garantia de liquidez da Companhia, estando aplicadas junto a instituições financeiras de primeira linha e consideradas como expostas de baixo risco. A Companhia mantém uma reserva mínima de liquidez, em aplicações de curto prazo, para cobertura plena de suas obrigações.

As Debêntures, por sua vez, são títulos colocados no mercado com o objetivo de captar recursos que viabilizaram a aquisição de Direitos Creditórios. As condições estabelecidas para resgate dos títulos foram definidas em virtude das taxas, dos indexadores, dos prazos e do fluxo de amortização dos recebíveis que lhes dão lastro, gerando compatibilidade entre ativos e passivos.

Em virtude do resgate integral de todas as debêntures emitidas, atualmente a Companhia não possui passivos expostos a risco.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
REFERENTES AOS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024
E 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

		30/06/2024	31/12/2023
Natureza do risco associado		Saldo exposto ao risco	Saldo exposto ao risco
Ativos expostos a risco			
Caixa e Bancos	Mercado, liquidez e crédito	23	19
Aplicações Financeiras	Mercado, liquidez e crédito	153.547	179.202
Direitos Creditórios (1)	Mercado, crédito, liquidez e operacional	37.416	54.070

(1) Excluído o saldo dos direitos creditórios rompidos (créditos registrados em perdas);

Estrutura do gerenciamento do risco

A administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam em conformidade estrita com a proposta estabelecida para o exercício.

Como resultado, alguns riscos, inerentes à atividade de securitização, não são identificados nas operações da Companhia, e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir:

Risco de mercado - Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. Esse risco é acompanhado mensalmente para direcionar as estratégias voltadas a novas operações. Para as operações em andamento, o risco é minimizado na Companhia pela compatibilidade entre os títulos emitidos e os recebíveis que lhes dão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades financeiras estão concentradas em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado.

Risco de crédito - Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas no recebimento dos direitos creditórios. Para minimizar esse risco, já na fase de aquisição dos recebíveis, todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. São expostos ao risco de crédito os direitos creditórios oriundos de contratos com 4 parcelas não pagas, ocasião na qual passam a ser considerados rompidos. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a aplicação somente em instituições financeiras de primeira linha.

Risco de liquidez - Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é mitigado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez, do saldo dos títulos emitidos.

A Companhia monitora os fluxos de pagamentos de suas dívidas e possui ativos para fazer frente a seus fluxos de pagamentos conforme tabelas abaixo:

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
REFERENTES AOS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024
E 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

Análise do Risco de Liquidez		
	30/06/2024	31/12/2023
Prazo	Outras Obrigações	Outras Obrigações
0 a 3 meses	4.430	2.204
Total	4.430	2.204

O fluxo de realização dos ativos financeiros que fazem frente aos pagamentos, está apresentado na nota explicativa nº 5.

Pré-pagamentos - O risco derivado dos pré-pagamentos por parte dos devedores dos créditos securitizados, comum nas operações de securitização, é neutralizado na Companhia pela disposição prevista nos títulos emitidos que permite antecipações efetuadas pelos devedores.

Risco operacional - Entendido como relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações, na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou de outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar essas eventuais deficiências, a Companhia estabeleceu políticas, processos, procedimentos e rotinas de verificação, realizadas por profissionais próprios, inclusive por aqueles mandatados fiduciariamente, e/ou por área diversa daquela em que o procedimento se originou. A Companhia tem como premissa a melhoria contínua dos processos substantivos, especialmente aqueles relacionados à evolução e acompanhamento dos recebíveis adquiridos (Direitos Creditórios) e Debêntures colocadas no mercado, de forma a proporcionar maior eficiência aos controles internos. Especificamente quanto à segurança dos ambientes de informática são adotados procedimentos que visam a sua adequada proteção a partir da padronização das estações de trabalho, da adoção de procedimentos de controle de acesso, e da manutenção de rotinas de preservação e recuperação de dados e informações.

Gestão do capital

A política da Administração considera a manutenção de uma sólida base de capital para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultado auferido dividido pelo patrimônio líquido total, excluindo participações de não controladores, quando for o caso. A Administração também monitora o nível de dividendos distribuídos para acionistas da Companhia.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os melhores retornos possíveis com níveis mais adequados de endividamento e as vantagens/segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AOS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

Não houve alterações na abordagem da Companhia na administração de capital durante o período.

Em linha com esta política a administração da Companhia propôs e os acionistas deliberaram pela redução do capital (nota explicativa nº 9), tendo em vista o mesmo ser considerado excessivo frente à sua atividade operacional.

Análise de sensibilidade

A Companhia não está exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas Demonstrações Contábeis Intermediárias.

Os instrumentos financeiros representados pelas Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão (liquidadas em junho de 2021) e pelos respectivos contratos de recebíveis tomados como lastro para a emissão dessas Debêntures estão sujeitos a condições equivalentes de taxas, indexadores e prazos, situação que torna neutro os efeitos decorrentes de qualquer cenário econômico ao qual a Companhia possa estar exposta.

Com relação à 1ª Série da 2ª Emissão de debêntures (liquidadas em junho de 2022) também não há descasamento de prazo com o respectivo lastro dos recebíveis, porém os recebíveis são atualizados a uma taxa prefixada, enquanto as Debêntures possuem remuneração flutuante com base no DI, adicionado de spread fixo de 2,60% a.a.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a inflação brasileira, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apresentou desaceleração em junho de 2024, registrando alta de 0,21%, alcançando 4,23% no acumulado dos últimos 12 meses. O recuo foi de 0,25 ponto percentual, em relação à taxa de maio, que foi de 0,46%.

O IPCA de junho de 2024 ficou abaixo da expectativa do mercado, que esperava uma elevação de 0,32%. Dos 9 grupos pesquisados, 7 tiveram alta na passagem de maio para junho, sendo que os dois grupos que apresentaram maior impacto foram saúde e cuidados pessoais e alimentação e bebidas.

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros da economia brasileira (Selic). De agosto de 2023 a maio de 2024 o Copom reduziu a taxa Selic em 0,5% a cada reunião. Nas duas últimas reuniões foi mantida a meta fixada em 10,50%. O centro da meta de inflação perseguida pelo BC é de 3% para os exercícios de 2024 a 2026, com tolerância é de 1,5 ponto percentual para menos ou para mais. Assim, a meta será cumprida se o IPCA ficar no intervalo de 1,5% (piso) a 4,5% (teto).

As estimativas atuais do mercado financeiro posicionam a meta da taxa Selic ao final de 2024 estacionada no patamar de 10,5%, tendo como principal ponto de preocupação a inflação de serviços, que apresenta maior resiliência para convergência à meta estabelecida, bem como a piora na percepção com a agenda de compromisso fiscal e o corte de gastos do governo. Os principais bancos apontam que a redução da taxa Selic seja retomada apenas em 2025, com projeções situadas entre 9,75% a 10,0%.

A confirmação deste cenário de redução da taxa Selic ensejará uma ligeira diminuição no resultado financeiro da Companhia, em razão do volume de aplicações financeiras alocadas na

Notas Explicativas**COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
REFERENTES AOS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024
E 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

renda fixa referenciada na taxa DI.

Com o resgate integral das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão (Debêntures Mezanino) em 17 de junho de 2022, qualquer alteração da taxa SELIC não impacta o resultado financeiro passivo da Companhia.

Neste cenário, na visão consolidada, o resultado líquido tende a diminuir, conforme se pode observar no quadro abaixo.

Cenários				
Ativo	Saldo 30/06/2024	Provável 10,25%	Possível (i) 7,69%	Remoto (ii) 5,13%
Aplicações Financeiras	153.547	169.286	165.351	161.416
Direitos Creditórios (PPI)	5.350	5.564	5.510	5.457
Direitos Creditórios (PEP)	32.066	36.004	36.004	36.004
Total do Ativo	190.963	210.853	206.865	202.877
Variação		19.890	15.902	11.914
Passivo	Saldo 30/06/2024	Provável 10,25%	Possível (i) 7,69%	Remoto (ii) 5,13%
Total do Passivo	-	-	-	-
Variação		-	-	-
Resultado = TT Ativo - TT Passivo		19.890	15.902	11.914
Resultado da Variação			(3.988)	(7.976)

(i) Redução de 25% da taxa básica de juros (Selic) provável**(ii) Redução de 50% da taxa básica de juros (Selic) provável**

(i) Cenário Possível: premissa considerada pela Administração, com redução de 25% na taxa básica de juros, indica uma variação negativa no resultado líquido de R\$ 3.988.

(ii) Cenário Remoto: premissa considerada pela Administração, com redução de 50% na taxa básica de juros, indica uma variação negativa no resultado líquido de R\$ 7.976.

16. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A operação atual da Companhia consiste na emissão de valores mobiliários no mercado de capitais, lastreadas em Direitos Creditórios do programa de parcelamento de tributos, cedidos pelo Estado de São Paulo, sendo este um dos segmentos de negócios da Companhia, no âmbito de operações de securitização, e a base para tomada de decisões dos administradores.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
REFERENTES AOS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024
E 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

17. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

A tabela a seguir demonstra o lucro líquido valor por ação em 30 de junho de 2024 e 2023.

	<u>2024</u>		<u>2023</u>	
	<u>Semestre</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>	<u>Trimestre</u>
Lucro do período (R\$ mil)	7.883	3.242	6.607	4.298
Número de Ações	2.000.000	2.000.000	2.830.956	2.830.956
Lucro por ação - básico e diluído (R\$)	3,94192	1,62102	2,33384	1,51822

18. TRANSAÇÕES QUE NÃO IMPACTARAM A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Todas as transações realizadas pela Companhia que envolveu o caixa estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa de 30 de junho de 2024 e 2023, sendo efetuados como ajuste usual no resultado do período os valores contábeis da despesa de depreciação, da realização do ajuste a valor de mercado e de perdas no recebimento de créditos.

No semestre findo em 30 de junho de 2024, a Companhia realizou a seguinte transação que não envolveu o caixa, e que, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa.

- Compensação de R\$ 46.260 na rubrica contábil “valores transitórios a receber”, em virtude da redução do Capital Social (notas explicativas nº 6, 9 e 14).

19. INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR

Em atendimento às normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), registre-se que a CPSEC, nos exercícios abrangidos nestas Demonstrações Contábeis Intermediárias, não contratou e nem teve serviços prestados pela Taticca Auditores Independentes S.S. que não os serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

20. OUTROS ASSUNTOS

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AOS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

Em 8 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado nas referidas relações, sem a necessidade de ação rescisória. Ou seja, se anos atrás uma empresa tornou-se titular de decisão transitada em julgado para deixar de recolher algum tributo, essa permissão deixará de gerar efeitos se, e quando, o STF entender que o pagamento do respectivo tributo é devido.

A Administração avaliou os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta em impactos em suas Demonstrações Contábeis Intermediárias de 30 de junho de 2024, e em consonância com o CPC 25 / IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC 24 / IAS 10 Eventos Subsequentes.

Adequação ao regime de apuração do PIS e da Cofins e às alíquotas próprias da atividade securitizadora

Com fundamento na Lei Federal nº 14.430, de 3 de agosto de 2022, que estendeu a possibilidade das companhias securitizadoras realizarem a securitização de qualquer tipo de direito creditório por meio de sua vinculação a Certificados de Recebíveis ou de outros títulos e valores mobiliários representativos de operações de securitização, e que, também, alterou a Lei Federal nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, para estabelecer que, na determinação da base de cálculo do PIS e da Cofins, poderão ser deduzidas as despesas de captação de recursos incorridas pelas companhias securitizadoras, em qualquer categoria de crédito, ampliando a previsão anterior que era restrita aos créditos imobiliários, financeiros e agrícolas, nestes termos, mesmo estando obrigada ao lucro real, a partir de abril de 2023 a CPSEC passou a calcular e a recolher os tributos federais relativos ao PIS e a Cofins pelo regime cumulativo, empregando as alíquotas próprias da atividade securitizadora, sendo 0,65% para o PIS e 4% para a Cofins.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 29 de julho de 2024, foi aprovada a proposta da Diretoria de cancelamento de Registro da Companhia na Categoria “B”, da Resolução CVM nº 80/2022. Atualmente a Companhia encontra-se em fase de instrução do pedido à Superintendência de Supervisão de Securitização – SSE, da CVM, de cancelamento de seu registro, sendo que manterá apenas seu registro como emissora de Valores Mobiliários na categoria “S2”, na forma da Resolução CVM nº 60/2021.

Não ocorreu qualquer outro evento subsequente relevante que merecesse qualquer menção no respectivo relatório e/ou que pudessem alterar ou impactar os saldos das Demonstrações Contábeis Intermediárias findas em 30 de junho de 2024.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos
Acionistas e Administradores da
Companhia Paulista de Securitização
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da Companhia Paulista de Securitização ("Companhia" ou "CPSEC"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Responsabilidade da diretoria sobre as informações contábeis intermediárias

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto

São Paulo, 12 de agosto de 2024.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1
CVM 12.220

Aderbal Alfonso Hoppe
Sócio
Contador CRC – 1SC020036/O-8-T-SP

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de Diretores da COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rangel Pestana, 300, 9º andar, CEP 01017-911, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.274.829/0001-07 ("Companhia"), nos termos dos incisos VI, do parágrafo 1º, do artigo 25, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações trimestrais da Companhia referente ao período findo em 30 de junho de 2024.

São Paulo, 12 de agosto de 2024.

Max Freddy Frauendorf
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Eduardo Walmsley Soares Carneiro
Diretor de Gestão Corporativa

Jorge Luiz Avila da Silva
Diretor Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaramos, na qualidade de Diretores da COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rangel Pestana, 300, 9º andar, CEP 01017-911, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.274.829/0001-07 ("Companhia"), nos termos dos incisos V, do parágrafo 1º, do artigo 25, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, datado de 12 de agosto de 2024, relativamente às informações trimestrais da Companhia referentes ao período findo em 30 de junho de 2024.

São Paulo, 12 de agosto de 2024.

Max Freddy Frauendorf
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Eduardo Walmsley Soares Carneiro
Diretor de Gestão Corporativa

Jorge Luiz Avila da Silva
Diretor Presidente